



COVID-19 e (in)segurança alimentar: os efeitos da pandemia na cadeia mundial de suprimento de alimentos¹

*COVID-19 and food (in)security:
the effects of the pandemic on the world
food supply chain*

*COVID-19 e (in)seguridad alimentaria:
los efectos de la pandemia en la cadena
mundial de suministro de alimentos*

DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1151

Atos Dias²

Lucas Silva Amorim³

Igor Palma Barbosa⁴

Thiago Lima⁵

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Resumo

Como a pandemia de COVID-19 impacta a cadeia mundial de suprimento de alimentos? A catástrofe pode trazer à tona os perigos do isolacionismo, do protecionismo e do unilateralismo para a estabilidade do Sistema Internacional. Emerge a possibilidade de os governos implantarem barreiras a exportações para se prevenir

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).
- 2 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). (atosrabi@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9690-5696>.
- 3 Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). (lucas.amorim1@outlook.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8993-9967>.
- 4 Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). (igorpalma12@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6293-1279>.
- 5 Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, Paraíba, Brasil. (tlima@ccsa.ufpb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9183-3400>.

Artigo submetido em 19/11/2020 e aprovado em 15/04/2021.





de eventual desabastecimento doméstico. A partir de uma análise de conjuntura, com base em pesquisas e dados preliminares, o artigo mostra que a concentração da produção agroalimentar, somada à ideia de segurança alimentar baseada no comércio internacional, contribui para a alta vulnerabilidade de países em desenvolvimento dependentes da importação de alimentos.

Palavras-chave: COVID-19. Cadeia Mundial de Suprimento de Alimentos. Segurança Alimentar Internacional. Economia Política Internacional.

Abstract

How does the COVID-19 pandemic impact the global food supply chain? The catastrophe may bring to light the dangers of isolationism, protectionism and unilateralism for the stability of the International System. The possibility arises for governments to implement export barriers to prevent possible domestic shortages. From a conjuncture analysis based on research and data preliminary, the article shows that the concentration of agri-food production, coupled with the idea of food security based on international trade, contributes to the high vulnerability of dependent developing countries on food imports.

Keywords: COVID-19. World Food Supply Chain. International Food Security. International Political Economy.

Resumen

¿Cómo afecta la pandemia de COVID-19 a la cadena mundial de suministro de alimentos? La catástrofe puede sacar a la luz los peligros del aislacionismo, el proteccionismo y el unilateralismo para la estabilidad del Sistema Internacional. Surge la posibilidad de que los gobiernos implementen barreras a la exportación para prevenir posibles escaseces internas. A partir de un análisis de coyuntura basado en investigaciones y datos preliminares, el artículo muestra que la concentración de la producción agroalimentaria, sumada a la idea de seguridad alimentaria basada en el comercio internacional, contribuye a la alta vulnerabilidad de los países en desarrollo dependientes de la importación de alimentos.

Palabras clave: COVID-19. Cadena Mundial de Suministro de Alimentos. Seguridad Alimentaria Internacional. Economía Política Internacional.

Introdução

Assim como em ocasiões anteriores, a catástrofe que se desenha com a COVID-19 pode ser responsável por trazer mais uma vez à tona os perigos do isolacionismo, do protecionismo e do unilateralismo para a estabilidade do





Sistema Internacional. Diante disso, os diretores-gerais de duas das maiores organizações do sistema das Nações Unidas (FAO e OMS) e o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) emitiram uma declaração conjunta expondo preocupações a respeito da segurança alimentar internacional. Qu Dongyu, Tedros Adhanom e Roberto Azevedo — diretores da FAO, OMS E OMC, respectivamente — apontam para alguns problemas que a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) podem provocar na cadeia mundial de suprimento de alimentos. Tais apontamentos foram publicados na declaração conjunta de 31 de março intitulada “*Mitigating impacts of COVID-19 on food trade and markets*” (FAO 2020a). É que, diante desta pandemia ímpar, emergiu a possibilidade de os governos implantarem barreiras às exportações para prevenir eventual desabastecimento doméstico. Com isso, os preços dos produtos alimentícios poderiam sofrer distorções severas frente a uma escassez de oferta, tornando muito mais custoso para os importadores mais pobres o acesso a esses alimentos. Essa medida poderia afetar ainda a formação dos estoques nacionais de alimentos para emergências e mesmo a compra de alimentos para doações humanitárias realizadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Tendo isso em vista, o artigo propõe analisar — com base em pesquisas e dados preliminares — as consequências da pandemia provocada pela COVID-19 na cadeia mundial de suprimento de alimentos, destacando os efeitos distintos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Posterior a essa introdução, a seção dois aborda a fragilidade do atual modelo de segurança alimentar internacional, baseado no comércio internacional, em garantir de forma regular o abastecimento mundial de alimentos em meio a crises. Na seção três, apresenta-se resultados referentes a problemas consequentes da atual crise de pandemia para a cadeia mundial de suprimento de alimentos. A seção quatro oferece considerações finais.

Segurança Alimentar Internacional e Regime Alimentar Corporativo

Em seu aspecto mais essencial — isto é, o biológico — a segurança é a pré-condição fundamental para o funcionamento das funções básicas da vida (reprodução, metabolismo, catabolismo e relação) (Grizold 1993). E uma das funções metabólicas fundamentais é a alimentação. Nesse quesito, para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla





em inglês), a segurança alimentar é garantida quando todas as pessoas, em todo o tempo, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades e preferências alimentares por uma vida saudável (FAO 1996).

A garantia da segurança alimentar, contudo, não está limitada à capacidade individual de acessar alimentos. Tal esforço demanda, sobretudo, vontade política, visto que o mundo já produz alimentos suficientes em relação à demanda global. Ainda assim, cerca de 690 milhões de pessoas no mundo sofrem com subnutrição (FAO 2020c). Como já argumentou Morgenthau (2003, 189), “a eliminação das desigualdades em matéria de provisão de alimentos não constitui (...) uma questão de tecnologia agrícola e generosidade coletiva, mas de interesse e vontade política”.

No nível dos Estados, o conceito de segurança nacional esteve vinculado à ideia de uma nação soberana que visa a proteger sua integridade física e autonomia decisória. Essas, no entanto, são apenas duas das nuances do conceito. Sabe-se que o debate sobre segurança e securitização é amplíssimo e não se objetiva discuti-lo de forma exaustiva. Contudo, a perspectiva de Grizold (1993) ajuda a nossa reflexão ao afirmar que a segurança nacional — enquanto circunstância de proteção do Estado-nação — envolve segurança do território nacional, proteção das vidas e propriedades da população, existência e manutenção da soberania nacional; e a garantia do exercício das funções básicas da sociedade: econômica, cultural, política, ecológica, entre outras. Nesse sentido, a segurança alimentar é uma agenda de Estado diretamente atrelada à proteção das vidas e, por isso, a garantia do abastecimento alimentar diz respeito a uma função básica e primordial do Estado na sociedade.

Além do mais, o abastecimento alimentar de um país tem um significado político bastante importante ligado à manutenção da ordem. Cabe lembrar que revoltas e revoluções ocorreram tendo como principal estopim a falta de alimentos e a consequente indignação da população faminta com o poder político dominante (Baviera e Bello 2009). A Revolução Francesa no século XVIII ou a Primavera Árabe, iniciada a apenas dez anos atrás, tiveram como principal gatilho a falta de alimentos. Na verdade, “toda vez que, no curso da história, a segurança alimentar foi gravemente afetada, a incapacidade de restabelecê-la foi seguida, mais cedo ou mais tarde, de sérios distúrbios sociais” (Alencar 2001, 139).

Do ponto de vista das teorias clássicas das Relações Internacionais, a alimentação pode ser interpretada como um recurso essencial na garantia da





ordem e da segurança nacional. O realista Hans Morgenthau (2003), por exemplo, argumentou em *A Política entre as Nações* que os alimentos são o mais elementar dentre os recursos naturais que constituem o poder de uma nação. Por essa razão, defendeu o autor, há uma vantagem inerente a um país autossuficiente em alimentos em relação ao resto do mundo. Autores liberais também enfatizaram a importância do recurso alimentar para uma nação: Keohane e Nye (2012) argumentaram que um país dependente das importações de alimentos pode estar à mercê da vontade política de um país terceiro.

Os alimentos, enquanto recurso de poder, têm sido historicamente utilizados como vetor de influência política das grandes potências na relação com países fracos (Lima 2014). O exemplo histórico dos programas de assistência alimentar internacional dos Estados Unidos atesta a possibilidade do uso dos alimentos para fazer valer interesses econômicos e políticos estadunidenses em países do Sul global. No contexto da Guerra Fria, por exemplo, os EUA utilizou da ajuda alimentar como uma ferramenta de inserção dos seus produtos agrícolas no comércio internacional, bem como para converter alimentos subvencionados em material militar (Lima e Dias 2016).

Grandes produtores agrícolas, portanto, ao considerarem o recurso alimentar uma ferramenta estratégica relevante para a segurança nacional, podem — em contextos de crise — se comportar de maneira adversa e prejudicarem a cadeia mundial de suprimento de alimentos (Lima 2012).

Essa não é uma preocupação própria da atual crise pandêmica visto que, no contexto da crise alimentar da década de 1970, a Conferência Mundial de Alimentação (realizada em 1974) apontava para a necessidade do esforço coletivo por meio da cooperação internacional no intuito de evitar uma escassez de alimentos em nível global. Na Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, de 1996, também consta que os alimentos não devem ser utilizados como um instrumento de pressão política ou econômica. O documento dá ênfase para a importância da cooperação internacional e da abstenção de práticas unilaterais que possam colocar em risco a segurança alimentar internacional (FAO 1996). Há cerca de 10 anos, em meio à grave crise alimentar que assolou diversos países pobres, grandes exportadores de alimentos também bloquearam parte de suas exportações (Headey e Fan 2010). Agora, em meio à pandemia da COVID-19, os dirigentes máximos da OMC, OMS e FAO fizeram novo alerta contra os perigos da interrupção das exportações de alimentos.





Dado o contexto de interdependência entre as nações na questão alimentar, portanto, a garantia do abastecimento mundial não se limita às políticas internas dos Estados, mas é também uma agenda de segurança internacional. Para Grizold (1993), a segurança internacional deve conter um conjunto de medidas que garantam a permanência de todos os Estados e é uma condição *sine qua non* para a existência e o desenvolvimento da comunidade internacional. A cooperação internacional é uma ferramenta fundamental para promover um nível ótimo de segurança tanto para cada Estado quanto para a comunidade internacional como um todo. E embora, no contexto global, algumas instituições internacionais como a FAO e o PMA tenham sido criadas para lidar com a agenda agrícola e alimentar a partir da cooperação internacional entre atores estatais e não estatais, a estratégia de equilíbrio de poder entre os países ainda persiste. Dentro dessa lógica, prevalece o princípio da autoajuda (cada um por si), em que um Estado tenta maximizar esforços internos e externos, a fim de não ficar à mercê da vontade política de demais atores estatais (Waltz 2002). Portanto, o princípio operacional básico são os ganhos relativos, isto é, dada a limitação de recursos disponíveis no sistema, um Estado ganha às custas dos outros.

O sistema agroalimentar internacional, conforme reconstruído após a II Guerra Mundial, mas principalmente com a ascensão do neoliberalismo, buscou criar condições — ao menos na fachada — para uma relação de ganhos absolutos. Quer dizer, sob o aspecto liberal do princípio das vantagens comparativas, os países garantiriam o abastecimento uns dos outros via liberalização do comércio internacional, apostando-se nos ganhos de produtividade em nível mundial. Em contraponto aos ganhos relativos, os ganhos absolutos dão ênfase aos ganhos totais gerados pelas ações tomadas em conjunto. A distribuição dos ganhos pode ser analisada criticamente, mas a ênfase está no crescimento dos ganhos (Keohane e Nye 2012).

A crise mundial de COVID-19, contudo, parece mostrar que o sistema agroalimentar baseado no comércio internacional é bastante sensível às crises internacionais. Não é de se espantar, portanto, os milhões de famintos atuais num mundo onde os recursos são suficientes para alimentar o planeta. Há pesquisas anteriores e feitas no contexto da pandemia que argumentam que a fome mundial apenas não é maior por causa das cadeias globais agroalimentares (Clapp e Moseley 2020). Contudo, tais pesquisas parecem aceitar conviver com o fato de ainda hoje cerca de 2 bilhões de seres humanos viverem em insegurança alimentar e nutricional severa ou moderada (FAO 2020c). É na crítica a esse





sentido que Clapp e Moseley (2020) argumentam que a segurança alimentar, na ordem neoliberal, é intrinsecamente frágil e, portanto, inadequada.

Os grandes produtores agrícolas e as corporações a eles vinculadas, na verdade, parecem compartilhar uma certa hegemonia sobre a cadeia mundial de suprimento de alimentos. No âmbito dos estudos agroalimentares internacionais, uma forma de se descrever a hegemonia que se consolidou nos anos 1990, juntamente com a ordem neoliberal, é a do regime alimentar internacional corporativo (McMichael 2016).

A noção de regime⁶ alimentar internacional foi introduzida em artigo seminal de Friedman e McMichael (1989), que o caracterizaram como um conjunto de regras formais e informais que introduz um ordenamento global das relações internacionais de produção, circulação e consumo de alimentos dentro de uma determinada conjuntura histórica mundial. Na atual conjuntura, segundo McMichael (2016), o regime alimentar vigente é do tipo corporativo. Esse regime substituiu o anterior, liderado pelos EUA, que vigorou até a década de 1970. O regime alimentar estadunidense baseou-se em um modo de produção de caráter mecanizado e químico, que produziu excedentes alimentares nos Estados Unidos e abasteceu países em desenvolvimento via exportação, tanto por meio da competição desigual (a exemplo da prática de *dumping*) quanto através da assistência alimentar internacional enviada ao mundo necessitado (McMichael 2016). Decerto, essa distribuição de alimentos baratos numa perspectiva mundial esteve também relacionada com o interesse em se assegurar a lealdade das zonas de influência estadunidenses contra a ameaça comunista no âmbito da Guerra Fria (Lima e Dias 2016).

Já o regime alimentar corporativo, que surgiu na década de 1980, diz respeito a um projeto neoliberal de liberalização agrícola por meio de mecanismos de ajustes estruturais e regras da OMC. De modo mais específico, o atual regime alimentar incentivou um modelo agroexportador baseado em grandes corporações agrícolas e, mais do que isso, exigiu que os Estados do Sul Global abrissem suas economias ao comércio internacional de alimentos.

A abertura dos mercados dos países em desenvolvimento contribuiu para o desmantelamento da agricultura local e das políticas públicas de incentivo ao setor. Esse novo regime privilegia o agronegócio em nome de uma prometida

6 Utiliza-se aqui o conceito de regime definido por Krasner (2012, 94) como sendo “princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores”.





eficiência, do livre comércio e da segurança alimentar global. Além disso, o regime alimentar corporativo incorporou práticas mercantilistas do regime anterior, baseado nos EUA, visto que é capaz de garantir subsídios para a produção agroindustrial intensiva por parte dos grandes produtores agrícolas e a exportação para países agricultores do Sul, sufocando as práticas agrícolas locais em países pobres (McMichael 2016; Lima 2018).

Para tanto, o papel da Rodada do Uruguai do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, sigla em inglês) e, posteriormente, da OMC foi essencial para desestruturar a economia mundial baseada no princípio “nacional residual, decorrente de um período de comércio e investimento relativamente administrados, para um princípio global emergente de comércio e movimentação de capital realmente livres” (McMichael 2016, 76).

Para o setor agrícola, essa ferrenha liberalização se deu pela adoção das reduções universais de proteção ao comércio. No entendimento da OMC, com base nesse novo contexto, a segurança alimentar poderia ser melhor suprida por meio do comércio internacional que pudesse funcionar sem obstáculos à sua livre circulação. Um desses obstáculos referia-se aos subsídios agrícolas: a defesa de seu fim visava a impedir que os países colocassem seus produtos para exportação a um valor abaixo do custo de produção e do estabelecido pelo mercado.

Apesar disso, o Acordo sobre Agricultura (AoA, no jargão em inglês) previu a continuação do uso de subsídios agrícolas por parte dos governos por meio de “caixas” classificadas de acordo com o grau de proteção. A caixa amarela abarca medidas de grande distorção e deveriam ser minimizadas de forma gradual (a exemplo dos subsídios de preço). Já as caixas azul e verde incluem, respectivamente, medidas de menor ou de nenhuma distorção, não sendo necessárias, portanto, ações de redução ao longo do tempo. Esse sistema de caixas favoreceu países desenvolvidos, visto que os governos passaram a garantir pagamentos desacoplados⁷ do apoio agrícola para a caixa verde de não distorção do comércio.

Outro ponto polêmico do AoA que assombra os dependentes do comércio internacional para auferir sua segurança alimentar corresponde à possibilidade de os fornecedores imporem restrições às suas exportações. Essa questão é bastante sensível para os participantes da cadeia de suprimento de alimentos,

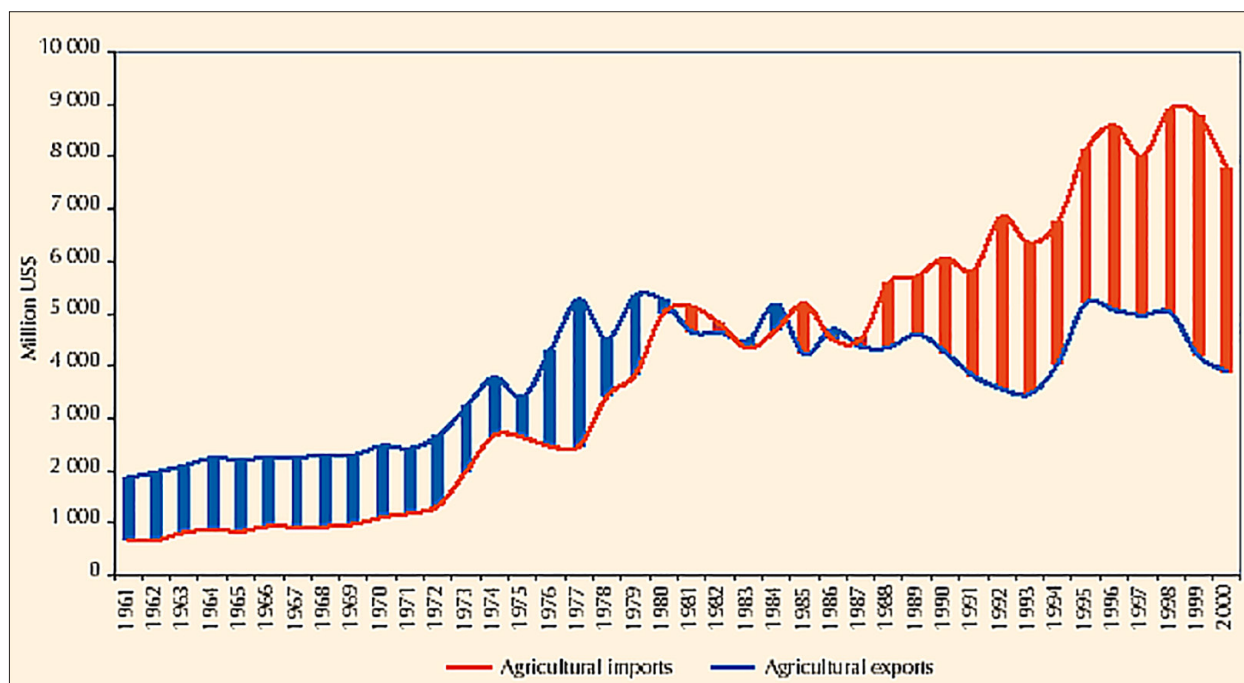
⁷ Desacoplar diz respeito a “efetuar pagamentos diretos aos agricultores, em vez de usar subsídios de preços que distorcem o ‘livre-comércio” (McMichael 2016, 78).



uma vez que consiste em um importante instrumento de política nacional dos países exportadores para se proteger de possíveis situações de insegurança alimentar. Crises nos complexos agroalimentares, surtos de demandas ou grande aumento dos preços podem viabilizar a adoção dessas medidas. A ausência de condicionalidades mais restritivas a essas práticas é responsável por gerar crises de confiança nos mercados, evidenciando a necessidade de os Estados garantirem estoques de alimentos que os salvaguardem dessa instabilidade. O problema é que a ordem neoliberal advoga justamente contra a administração de estoques públicos de alimentos, acusando-os de desperdício de dinheiro (Margulis 2018).

Em nível mundial, essa liberalização do comércio agrícola empenhada pela OMC representou a queda geral do preço médio dos alimentos abaixo do custo de produção, desestruturou setores agroalimentares de países pobres e proporcionou a acumulação do capital pelas corporações agrícolas. Isso contribuiu para o aumento da dependência da importação de alimentos por parte dos países de menor desenvolvimento relativo. De modo geral, o déficit comercial agrícola dos países em desenvolvimento aumentará de forma acentuada, atingindo um nível global de importação líquida de US\$ 31 bilhões até 2030 (FAO 2015).

Gráfico 1 — Importações e Exportações Agrícolas nos 49 países menos desenvolvidos



Fonte: FAO (2015).

Cabe explicar, no entanto, que para alguns países em desenvolvimento, a queda da balança comercial agrícola ao longo dos anos não representou,



necessariamente, uma situação de deterioração econômica. Para países como China ou Coreia do Sul, por exemplo, o aumento da importação de alimentos está associado ao crescimento da renda média da população e à consequente alta na demanda por alimentos. No entanto, para os países de menor desenvolvimento relativo, a queda das exportações agrícolas significou perdas em divisas. Como se observa no Gráfico 1, o déficit comercial agrícola de 49 países menos desenvolvidos aumentou significativamente, visto que no final da década de 1990 as importações eram duas vezes maiores que as exportações. E a tendência é que esse déficit aumente, até 2030, em quatro vezes (FAO 2015).

Decerto, esse regime alimentar vigente reforça a interdependência internacional. Em meio às crises semelhantes à atual pandemia de COVID-19, países que dependem em muito da importação de alimentos se tornam bastante vulneráveis a decisões de Estados que são grandes exportadores agrícolas.

COVID-19, comércio de alimentos e cada um por si (*self-help*)

Na declaração conjunta da FAO, OMS e OMC sobre os possíveis impactos da pandemia de COVID-19 no comércio internacional de alimentos, os três diretores afirmam que “a incerteza sobre a disponibilidade de alimentos pode desencadear uma onda de restrições às exportações, gerando escassez no mercado global”⁸ e que “é em momentos como este que mais, não menos, a cooperação internacional se torna vital”⁹ (FAO 2020a, s/p). A questão fundamental, para eles, é como minimizar incertezas e garantir que os governos mantenham as funções de suas economias na cadeia global de valor agroalimentar funcionando.

Durante a crise alimentar de 2007/2008, diversos exportadores de alimentos restringiram suas exportações como resposta ao temor de escassez nacional e, na prática, isso contribuiu para o desabastecimento em outros países, especialmente os mais pobres, e o aumento de preços em nível mundial. Na conjuntura atual, o maior risco no que toca aos alimentos é o da quebra da cadeia logística. Isso poderia ocorrer principalmente por causa das restrições que cada país tem colocado à movimentação de pessoas e atividades comerciais em seus territórios,

8 Do original: “uncertainty about food availability can spark a wave of export restrictions, creating a shortage on the global market” (FAO, 2020a, s/p).

9 Do original: “it is at times like this that more, not less, international cooperation becomes vital” (FAO 2020a, s/p).





assim como pela queda na demanda decorrente da brutal desaceleração da atividade econômica. Seria necessário, portanto, um amplo esforço de cooperação internacional para que os países classificassem as etapas das cadeias produtivas e logísticas do setor agroalimentar como serviços essenciais e, portanto, isentos de, pelo menos, parte das restrições de movimentação que visam a impedir a disseminação do novo coronavírus. Do mesmo modo, governos e bancos deveriam garantir os recursos para que a demanda não desabasse e para que os gargalos logísticos pudessem ser alargados neste momento crítico.

Isso seria factível? Seria possível chegar a um acordo de cooperação internacional desse nível no contexto atual? Afirmaram os diretores-gerais: “em meio aos bloqueios da COVID-19, todos os esforços devem ser feitos para garantir que o comércio flua da forma mais livre possível, especialmente para evitar a escassez de mão de obra. (...) Agora é a hora da solidariedade”¹⁰ (FAO 2020a, s/p).

As teorias de cooperação internacional pregam que é mais provável que os arranjos liberais emergam e se sustentem quando os atores mais poderosos assumam custos desproporcionais em prol de sua manutenção. Contudo, um elemento não pode ser perdido de vista: as grandes potências são grandes produtoras de alimentos. Além disso, possuem os recursos financeiros e logísticos (marinha mercante, por exemplo) para adquirir os alimentos em mercados que estejam abertos. Portanto, possuem vulnerabilidade alimentar muito menor do que os países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, quando a interdependência agroalimentar internacional é severamente sacudida (Lima 2012, Lima e Dias 2018).

Note-se que, na conjuntura atual, não há falta de estoque de alimentos básicos, visto que a proporção entre estoque e uso é positiva. Os níveis de estoques de cereais em grandes produtores agrícolas como EUA, China e União Europeia são superiores em comparação à crise alimentar de 2007/2008 (Schmidhuber 2020). As colheitas também devem apresentar bons resultados: a produção mundial de trigo, por exemplo, deve mostrar um aumento de 5%, em 2020, e a produção de arroz deverá ficar no mesmo patamar de 2019 (Glauber et al 2020). Além disso, as baixas tendências de preços de energia (sobretudo do petróleo) ajudam a reduzir os custos de produção, estabilizar a renda dos produtores agrícolas,

¹⁰ Do original: “In the midst of the COVID-19 lockdowns, every effort must be made to ensure that trade flows as freely as possible, especially to avoid food shortage. (...) Now is the time of solidarity” (FAO 2020a, s/p).





manter o preço internacional dos alimentos baixo e diminuir o desvio do uso de terras e culturas agrícolas para a produção de agrocombustíveis.

Por outro lado, países de baixa renda podem ter dificuldades relacionadas à alta de preços em nível interno, visto que a valorização do dólar (ponderada pelo comércio) foi a maior de todos os tempos. Como consequência, países de baixa renda dependentes de importações de alimentos podem enfrentar alta interna de preços (mesmo que em nível global isso não seja observado) por causa da depreciação de suas moedas ou, em casos onde não há conversibilidade monetária, por dependerem de suas reservas em divisas para comprar mercadorias (Schmidhuber 2020).

Uma vez que — como explicado na seção anterior — quem domina a produção dos alimentos mais consumidos no mundo (arroz, milho, trigo, sorgo e cevada) são poucos países, é bastante improvável que a produção desses alimentos básicos sofra alguma interrupção em consequência da COVID-19. Essas culturas alimentares se caracterizam por serem commodities a granel secas produzidas a partir de uma estrutura agrícola altamente mecanizada e, por isso, necessitam da menor interação humana possível para serem cultivadas, carregadas, transportadas, descarregadas e armazenadas (Glauber et al 2020). Além disso, a alta do dólar pode contribuir para maior competitividade dos exportadores agrícolas, contribuindo para um controle de preços de commodities atreladas à moeda norte-americana.

Contudo, os estoques de cereais estão bastante concentrados em poucos países, muito mais do que na crise alimentar de 2007/2008. Apenas a China concentra 47% de todos os estoques de cereais no mundo (valor 10% maior do que no cenário de crise alimentar de 2007/2008). E cerca de 77% dos estoques mundiais de cereais estão concentrados em apenas sete grandes produtores agrícolas: China, EUA, Índia, União Europeia, Brasil, Argentina e Rússia (valor 10% maior do que na crise alimentar de 2007/2008). A concentração de altos estoques em poucas mãos pode não oferecer tanta capacidade de amortecimento (como seus níveis absolutos podem sugerir) no caso de uma interrupção na cadeia mundial de suprimento de alimentos (Schmidhuber 2020).

No entanto, na contramão do clamor dos líderes das três organizações multilaterais, diversos países adotaram medidas restritivas ao comércio de alimentos. Nossa pesquisa indica que — até o fechamento deste artigo — 28 países e a União Econômica Eurasiática restringiram, em algum momento durante a pandemia, a exportação de determinadas culturas alimentares.





Países das antigas Iugoslávia e União Soviética lideram o número de restrições ao comércio. Nove países estabeleceram cotas ou proibições à exportação de diversos produtos, destacando-se os grãos. Ucrânia, Cazaquistão e Rússia implementaram importantes restrições à exportação de trigo apesar de serem respectivamente quinto, décimo e primeiro maiores exportadores líquidos do cereal. Para se ter uma melhor visão, apenas Rússia, União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Ucrânia provavelmente serão responsáveis por 75 % das exportações de trigo entre 2019-2020 (Glauber et al 2020). Além disso, Rússia, juntamente a Cazaquistão, Quirguistão, Belarus e Armênia, formam um bloco comercial denominado União Econômica da Eurásia, que adotou restrições a uma série de culturas alimentares (Reuters 2020, Schreier e Pang 2020a).

Da mesma forma, importantes exportadores de arroz restringiram o comércio desse cereal. No sudeste asiático, o Vietnã proibiu a exportação de arroz, apesar de ser o terceiro maior exportador líquido do grão. O Camboja, décimo maior exportador, também restringiu a exportação de arroz, assim como de peixe, ambas bases da alimentação de sua população. Nas Filipinas, houve uma medida restritiva por um ente subnacional, a província de Bukidnon. No subcontinente indiano, o primeiro (Índia) e o quarto (Paquistão) maiores exportadores de arroz divergiram nas medidas tomadas. Nova Deli não atuou no sentido de proibir ou limitar a exportação do grão, no entanto, as cadeias logísticas do país se viram incapazes de cumprir os termos dos contratos já firmados, de forma que a assinatura de novos contratos foi suspensa. Islamabad, por outro lado, restringiu completamente a exportação de qualquer produto alimentício (Reuters 2020, Schreier e Pang 2020a).

No Oriente Médio e Norte da África, região de vários importadores líquidos de alimentos, quatro países proibiram quase que completamente a exportação alimentar. Destacam-se Argélia, terceiro maior importador de trigo e segundo maior de leite em pó, e Egito, segundo maior importador de trigo e quarto maior de milho. A África Subsaariana faz uma aparição tímida com apenas três países — Gana, Mali e Sudão — que proibiram a exportação de insumos alimentícios básicos. Na América Latina, dois países — Honduras e El Salvador — proibiram a exportação de feijões, base da alimentação de diversos países na região (Reuters 2020, Schreier e Pang 2020b). Uma síntese desses dados pode ser encontrada no Quadro 1 a seguir.





Quadro 1 — Quadro-sumário das medidas restritivas ao comércio de alimentos em resposta à pandemia de COVID-19

País	Medida	Produtos afetados	Período
Argélia*	Proibição	Carnes, laticínios, frutas e legumes, óleos, cereais, pães, alimentos prontos e água engarrafada. [2]	07/05/2020 a 06/06/2020 [4]
Armênia	Proibição	Cebolas, alho, nabos, centeio, arroz, trigo sarraceno e derivados, milho, cereais, sementes de girassol, soja. [4]	10/04/2020 a 30/06/2020 [4]
Belarus	Proibição	Trigo sarraceno, cebola e alho. [4]	01/04/2020 a 30/06/2020 [4]
Camboja	Proibição	Arroz e peixe [1,3].	05/04/2020 a 19/05/2020 [4]
Cazaquistão	Proibição (inicialmente), cotas	Trigo, farinha de trigo, trigo sarraceno, açúcar, sementes de girassol e certos vegetais, como batatas e cebolas. [3]	22/03/2020 a 31/05/2020 [4]
Egito	Proibição	Feijão comum. [3]	28/03/2020 a 28/06/2020 [4]
El Salvador	Proibição	Feijão comum. [1,2]	Desconhecido
Gana	Proibição	Soja. [4]	11/05/2020 a 10/06/2020 [4]
Honduras	Proibição	Certos vegetais leguminosos secos. [1]	31/03/2020 a 30/05/2020 [4]
Índia	Suspensão de contratos	Apenas novos contratos de arroz, sem ações do governo para proibir/restringir exportações. [1,3]	Desconhecido
Jordânia	Proibição	Produtos alimentícios, por suspensão da emissão de licenças. [1]	Desconhecido
Macedônia do Norte	Proibição	Trigo e mistura de trigo. [1]	20/03/2020 a 30/04/2020 [4]
Myanmar	Proibição	Arroz, por suspensão da emissão de licenças. [3]	Desconhecido
Filipinas	Proibição	Arroz, apenas na província de Bukidnon. [1]	Desconhecido
Mali	Proibição	Arroz, milho, açúcar, leite e macarrão. [1]	Desconhecido

continua...





continuação

País	Medida	Produtos afetados	Período
Moldávia	Proibição	Grãos. [4]	Decisão anulada [4]
Paquistão	Proibição	Todos os itens comestíveis. [1]	29/04/2020 a 11/06/2020 [4]
Quirguistão	Proibição	Trigo, mistura de trigo e centeio, óleo, arroz, ovos, açúcar, sal e ração animal. [1]	23/03/2020 a 22/09/2020 (Ativo) [4]
Romênia	Proibição	Trigo, cevada, aveia, milho, arroz, farinha de trigo, soja, girassol, óleo, açúcar e alguns produtos de panificação [4]	10/04/2020 a 16/04/2020 [4]
Rússia	Cotas	Máximo de 7 milhões de toneladas para as exportações de grãos de abril a junho. [3]	10/04/2020 a 30/06/2020 [4]
Sérvia*	Proibição	Produtos essenciais, incluindo alimentos (diversos código SH). [1]	21/03/2020 a 21/04/2020 [4]
Síria*	Proibição	Diversos alimentos. [1]	08/04/2020 à 08/05/2020 [4]
Sudão*	Proibição	Milho. [1]	Desconhecido
Tailândia	Proibição	Ovos. [4]	26/03/2020 a 30/04/2020 [4]
Tajiquistão	Proibição	Grãos, feijão, trigo, farinha, arroz, ovos, batatas e carne. [1]	Desconhecido
Turquia	Proibição	Limão. [4]	08/04/2020 a 31/08/2020 (Ativo) [4]
Ucrânia	Proibição, cotas	Trigo sarraceno. Máximo de 20,2 milhões de toneladas para exportação de trigo. [3]	05/04/2020 a 01/06/2020 [4]
Vietnã	Proibição (inicialmente), cotas	Arroz, proibição deu lugar a uma cota à exportação do alimento. [1,3]	24/03/2020 a 30/04/2020 [4]
União Econômica Eurasiática	Proibição	Sementes de girassol, trigo sarraceno, arroz, centeio, soja e alguns vegetais como cebola. [1,3]	Desconhecido

Fonte: Elaboração própria com base em dados de [1] ITC (2020), [2] WTO (2020a), [3] Reuters (2020) e [4] Laborde, Mamun e Parent (2020).

*Países não membros da OMC.





A presença de exportadores líquidos dentre os países que implementaram medidas como proibição e cotas à exportação de alimentos coloca em questão a legalidade dessas ações perante o acervo normativo da OMC, em especial o AoA. Relatos anedóticos indicam que elas podem ter sido, em prática, não em resposta à iminência de uma crise alimentar, mas em resposta a grupos de interesse. Na Ucrânia, por exemplo, o governo parece ter agido em resposta ao *lobby* de padeiros e moleiros que cobraram por medidas que garantissem a manutenção dos baixos preços do trigo no mercado interno (Reuters 2020). De forma semelhante, os preços domésticos do trigo na Rússia aumentaram nos últimos meses e a queda do rublo fez com que o grão se tornasse mais atraente para compradores estrangeiros, pressionando ainda mais o preço em nível interno. Dessa forma, mesmo que a Rússia não sofra com desabastecimento alimentar, medidas restritivas podem ser tomadas tendo em vista o controle de preços em nível nacional. Ambos os casos parecem se encaixar na preocupação expressa pelo secretariado da OMC em nota de 23 de abril de 2020 de que “proibições e restrições aplicadas por grandes exportadores podem, no curto prazo, reduzir os preços internos dos bens em questão e aumentar a disponibilidade interna”¹¹ (WTO 2020b, 1). No entanto, “as medidas reduzem o abastecimento mundial dos produtos em questão e os países importadores que não possuem capacidade para fabricar esses produtos sofrem”¹² (Idem).

Em outros casos, as restrições parecem indicar o pior cenário — a quebra das próprias cadeias logísticas responsáveis pela distribuição e comércio de alimentos. A Macedônia do Norte, que ainda não tinha sido fortemente atingida pela pandemia, implementou suas medidas em resposta a quebras de cadeias com seus parceiros comerciais da União Europeia, que tiveram que tomar medidas drásticas em resposta ao grande número de casos e mortes em seus territórios, de onde o país dos Balcãs obtém maioria de seus gêneros alimentícios. Na Ásia, a soma da incapacidade da Índia (responsável por um quarto das exportações de arroz) em assumir novos contratos de exportação de arroz e das restrições à exportação por países do Sudeste Asiático levou a um aumento do preço nos países onde restrições não foram estabelecidas. Se a Índia negociava uma tonelada de arroz a US\$ 365 antes da quarentena, a Tailândia agora vende o

11 Do original: “prohibitions and restrictions applied by large exporters may in the short run lower domestic prices for the goods in question and increase domestic availability” (WTO 2020b, 1).

12 Do original: “the measures reduce the world’s supply of the products concerned and importing countries without the capacity to manufacture these products suffer” (WTO 2020b, 1).





mesmo produto por U\$S 540 (Janev 2020, Jadhav e Bhardwaj 2020, Glauber et al 2020).

Assim como no caso da pandemia, o regime multilateral de comércio parece sofrer com um problema de subnotificação das medidas restritivas. A OMC parece ter sido notificada de apenas três medidas restritivas ao comércio de alimentos segundo seus documentos mais recentes, de forma que só conseguimos chegar ao número de restrições descrito no Quadro 1, nesta seção, por meio de três outras fontes complementares. Em alguns casos, as medidas foram tomadas por países que não são membros da organização e, logo, não teriam o compromisso de notificá-las, nem nenhum problema em relação a não conformidade da ação com o AoA. Também em alguns casos, as medidas que foram implementadas temporariamente já tiveram sua vigência encerrada, sem renovação, o que parece indicar, pelo menos, que as medidas foram destinadas a estabilizar desequilíbrios pontuais na oferta e na demanda. Um exemplo foi o Vietnã, que após um fiasco na política de proibição à exportação de arroz (e também incentivado pelo aumento do preço) voltou atrás permitindo que o cereal fosse exportado, apesar de limitado por uma cota (Thu 2020, WTO 2020a, 2020b). Cabe salientar que o Vietnã é responsável por cerca de 16% das exportações de arroz (Glauber et al 2020).

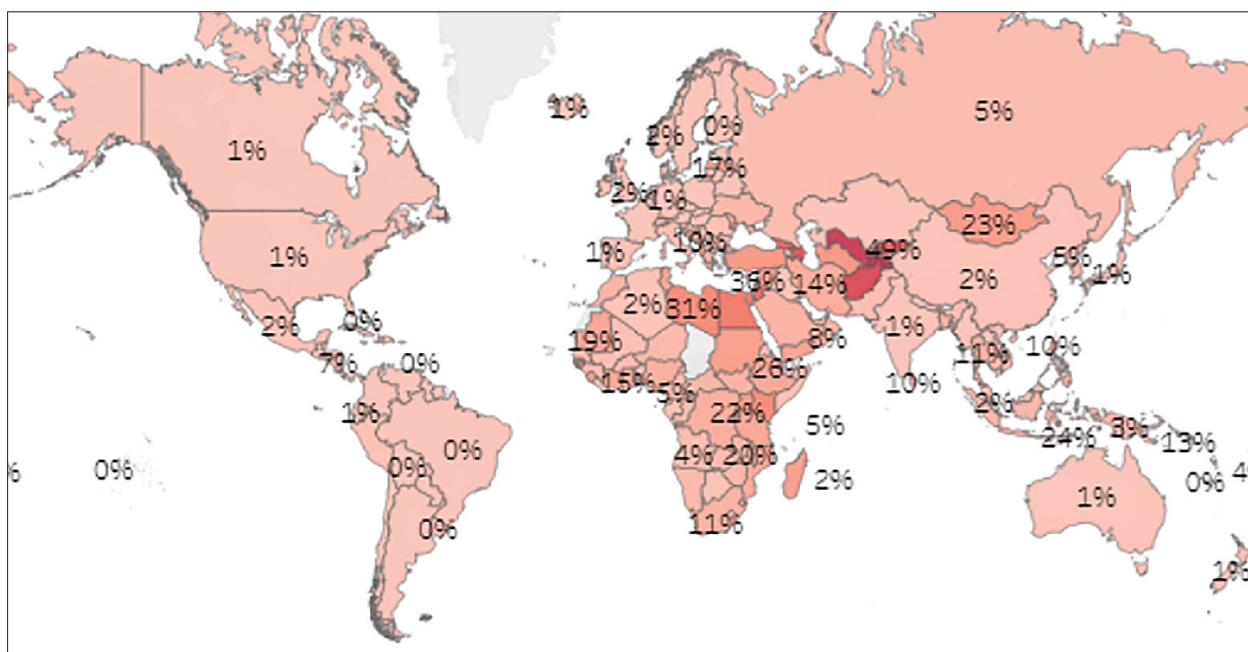
Por fim, é importante frisar que as medidas protecionistas não foram adotadas de forma generalizada pelos membros da OMC e importantes exportadores de alimentos não impuseram medidas restritivas em resposta à crise sanitária. De qualquer forma, as medidas restritivas demonstram a fragilidade do regime multilateral de comércio em evitar respostas protecionistas frente à expectativa de uma crise alimentar. Por outro lado, a maioria dos países propensos a sofrer com uma possível crise de desabastecimento não figuram entre os que restringiram comércio. Isso evidencia que tais Estados possuem menos espaço para atuar frente a um contexto desafiador como o atual e que a exportação agroalimentar se configura como uma das principais fontes de recurso nacional, o que impede a tomada de medidas protecionistas.

Como demonstra a Figura 1 abaixo, o impacto das restrições atinge, de forma bastante desproporcional, países pobres e com forte dependência da importação de alimentos para garantir o abastecimento alimentar interno. O mapa demonstra o impacto das restrições à exportação de alimentos em calorias importadas. Como se observa, o continente africano, de um modo geral, foi o mais atingido.



A África é, de modo geral, o continente mais atingido pela insegurança alimentar no mundo, com cerca de 50% da população sem acesso a alimentos saudáveis e suficientes de forma contínua. A pandemia de COVID-19 contribuiu para o agravamento do desabastecimento alimentar que a África já vinha sofrendo oriunda de causas diversas: enxames de gafanhotos, conflitos regionais, secas e inundações decorrentes das mudanças climáticas (Schmidhuber 2020). Apesar de possuir 25% de toda terra agricultável do planeta, quantidade suficiente para garantir o abastecimento alimentar do continente, a África é um grande importador líquido de alimentos desde os anos 1980 (Buchler 2020).

Figura 1 — Impacto das restrições à exportação de alimentos em calorias importadas (valor acumulado)



Fonte: Laborde, Mamun e Parent (2020).

Os preços dos alimentos nos países africanos aumentaram substancialmente como consequência direta de problemas decorrentes da pandemia: o pânico que desencadeou uma corrida por alimentos; restrições aos transportes; e interrupções nos fluxos do comércio internacional. De acordo com Jennifer Blanke — vice-presidente de agricultura, desenvolvimento humano e social do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) — as restrições aos transportes tornaram difícil para os agricultores acessarem insumos como sementes, fertilizantes, equipamentos agrícolas e ração animal. Como consequência, a produção de alimentos básicos como arroz, milho e vegetais tiveram de ser suspensos e houve perdas de colheita com dificuldades relacionadas ao escoamento (Blanke 2020).



Esses problemas afetam, em muito, a economia do continente, tendo em vista que cerca de 60% da população africana é composta por agricultores informais e pequenos agricultores (Buchler 2020).

Fora do continente africano, cabe destacar quatro países inseridos na Ásia Central — Tajiquistão, Uzbequistão, Afeganistão e Turcomenistão — e dois outros pertencentes à região do Cáucaso — Azerbaijão e Geórgia — que tiveram, respectivamente, 79%, 70%, 61%, 25%, 54% e 46% das suas calorias importadas afetadas como consequência de restrições à exportação de trigo impostas por Rússia, Ucrânia e Cazaquistão (Laborde, Mamun e Parent 2020). Segundo o relatório da FAO sobre segurança alimentar e nutricional da Europa e Ásia Central de 2019, os países da Ásia Central estão entre os mais afetados pela prevalência da desnutrição: no período de 2016-2018, ambas as regiões apresentaram, em média, 5,6% e 3,3% de pessoas desnutridas, respectivamente. São índices muito acima da média para a Europa e a Ásia Central como um todo, que apresentou menos do que 2,5% de pessoas desnutridas (FAO 2019b).

De um modo geral, as restrições à exportação de alimentos afetaram, até então, cerca de 5% do total de calorias comercializadas globalmente. Embora seja um número bastante inferior ao observado durante a crise alimentar de 2007/2008 (cerca de 19%), o impacto — como já explicado — é bastante significativo em países que dependem da importação de alimentos para o abastecimento interno, sobretudo porque a dependência está atrelada a poucos fornecedores (Laborde, Mamun e Parent 2020). Cabe salientar que, em âmbito global, a dependência por importação de alimentos aumentou de forma constante ao longo do tempo: atualmente cerca de 28% das necessidades alimentares dependem da importação de alimentos. Contudo, há países que dependem em até 98% do mercado internacional para suprir a demanda interna por alimentos e a maioria destes pertencem à África Subsaariana, ao Sudeste Asiático ou aos chamados Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) (Schmidhuber 2020).

Conclusões

A concentração da produção agroalimentar, somada à ideia de segurança alimentar internacional baseada no comércio internacional (decorrente da vigência do atual regime alimentar corporativo), contribui para a alta vulnerabilidade de países de menor desenvolvimento relativo dependentes de importação de





alimentos. Mesmo que as restrições tenham sido tomadas por poucos Estados, num curto período de tempo, tais medidas afetaram significativamente países cuja vulnerabilidade alimentar é alta. E, mais do que isso, a conjuntura atual demonstrou que mesmo quando os riscos de um possível desabastecimento alimentar inexistem, países podem tomar medidas restritivas de forma precipitada. Num contexto real de crise alimentar, portanto, há de se pensar que é alto o risco de decisões restritivas ao comércio internacional de alimentos de forma generalizada.

Tendo em vista que as organizações internacionais não possuem a capacidade de fazer com que a cooperação internacional contenha os riscos à cadeia mundial de suprimento de alimentos (fator observado durante a crise alimentar de 2007/2008 e na atual pandemia), nem que grandes potências estejam interessadas em encabeçar tal agenda, a alta vulnerabilidade dos países de baixa renda pressiona o aumento da insegurança alimentar no mundo.

Se as grandes organizações internacionais estão pressionando pela manutenção do funcionamento das cadeias agroalimentares internacionais como uma forma de garantir a segurança alimentar global num contexto de gravíssima crise econômica, o que nos parece correto nessa conjuntura, seria mais importante ainda que elas se unissem para defender, no curto e no médio-prazo, planos de reforma agrária, da diminuição da dependência da importação de alimentos, da criação de estoques alimentícios para enfrentar eventuais carestias, bem como de programas socioeconômicos para fortalecer a resiliência dos povos do campo. Cabe lembrar que, via de regra, as pessoas mais famintas do mundo são aquelas que vivem nas zonas rurais. E dentro da cadeia agroalimentar, o setor primário — de modo mais específico, a produção agropecuária em nível familiar — parece ser o elo mais vulnerável à atual crise pandêmica. Em documentos secundários, a FAO coloca que a crise provocada pela COVID-19 pode prejudicar o fornecimento de alimentos frescos/perecíveis, podendo afetar os produtores e processadores agrícolas. Os setores agrícola e aquícola — fornecedores de alimentos frescos — serão muito afetados com o fechamento de restaurantes, do comércio e das refeições escolares. Esses pequenos produtores agroalimentares podem ser impedidos de trabalhar em suas terras, cuidar de seus animais e pescar; e terão dificuldade em vender seus produtos ou comprar insumos essenciais à produção. Com isso, terão de gastar ainda mais com alimentos com um poder de compra cada vez mais limitado (FAO 2020b).

Um estudo realizado por Cullen (2020) para a FAO elenca “boas práticas” para mitigar os efeitos danosos da pandemia de COVID-19 sobre os pequenos produtores





de alimentos. A grosso modo, quanto mais as populações locais consumirem alimentos provenientes de suas zonas rurais próximas, mais contribuirão para mitigar a fome em seus países. Dentre as medidas apontadas que os Estados poderiam tomar para garantir a produção e a comercialização dos produtos da pequena produção alimentar, estão: aproximar os centros de coletas, a fim de reduzir a necessidade de mobilidade; desenvolver o comércio eletrônico para os pequenos produtores; facilitar o processo de pagamento dos produtos agrícolas; e garantir o acesso a financiamentos, para que possam continuar produzindo.

As dificuldades, no entanto, para fazer com que políticas públicas emergenciais voltadas para a pequena produção agropecuária sejam construídas são das mais diversas. Em países onde a agricultura familiar mais predomina, há uma incapacidade do aparelho estatal em garantir políticas públicas estruturadas que atendam às necessidades, das mais básicas, dos pequenos produtores. Fica exposta a necessidade de cooperação internacional — humanitária e para o desenvolvimento — como forma de atravessar a pandemia atual e de se precaver contra crises alimentares futuras por meio da construção de sistemas agroalimentares menos dependentes do comércio internacional.

Referências

- Alencar, Álvaro Gurgel De. 2001. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. *Revista Brasileira de Política Internacional* 44, no. 1: 137-144.
- Baviera, Mara e Bello, Walden. 2009. Food Wars. *Monthly Review* 61, no. 3.
- Blanke, Jennifer. 2020. “Economic impact of COVID-19: Protecting Africa’s food systems from farm to fork”. *Brookings*, 19 jun. 2020. Disponível em: < <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/06/19/economic-impact-of-covid-19-protecting-africas-food-systems-from-farm-to-fork/> > . Acesso em: 08 jun. 2020.
- Buchler, Simon. 2020. “What impact will Covid-19 have on food security in Africa?”. *African Law & Business*, 30 abr. 2020. Disponível em: < <https://iclg.com/alb/11717-what-impact-will-covid-19-have-on-food-security-in-africa> > . Acesso em: 08 jun. 2020.
- Clapp, Jennifer e Moseley, William G. 2020. This food crisis is different: COVID-19 and the fragility of the neoliberal food security order. *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2020.1823838. Acesso em: 11 nov. 2020.





- Cullen, Maximo Torero. 2020. "COVID-19 and the risk to food supply chains. How to respond?" Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 29 mar. 2020. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ca8388en/CA8388EN.pdf> > . Acesso em: 03 abr. 2020.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 1996. Rome Declaration on World Food Security. World Food Summit, 13-17 nov. 1996. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm> > . Acesso em: 07 mai. 2020.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2015. World agriculture: towards 2015/2030. Londres: Earthscan Publications.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2019b. Regional Overview of Food Security and Nutrition in Europe and Central Asia 2019. Structural Transformations of Agriculture for Improved Food Security. Budapeste: FAO.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2020a. Mitigating impacts of COVID-19 on food trade and markets. Disponível em: < <http://www.fao.org/news/story/en/item/1268719/icode/> > . Acesso em: 02 abr. 2020.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2020b. Q&A: COVID-19 pandemic — impact on food and agriculture. Disponível em: < <http://www.fao.org/2019-ncov/q-and-a/en/> > . Acesso em: 05 jun. 2020.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2020c. The State of Food Security and Nutrition in the World: transforming food systems for affordable healthy diets. Roma: Food and Agriculture Organization of United Nations.
- Friedman, Harriet e McMichael, Philip. 1989. Agriculture and the State System: the rise and the decline of national agricultures 1870 to the present. *Sociologia Ruralis* 29, no. 2: 93-117.
- Glauber, Joseph; Laborde, David; Martin, Will; Vos, Rob. 2020. COVID-19: Trade restrictions are worst possible response to safeguard food security. International Food Policy Research Institute (IFPRI), 27 mar. 2020. Disponível em: < <https://www.ifpri.org/blog/covid-19-trade-restrictions-are-worst-possible-response-safeguard-food-security> > . Acesso em: 04 jul. 2020.
- Grizold, Anton. 1993. The Concept of National Security in the Contemporary World. *International Journal of World Peace* 11, no. 3: 37-53.
- Headey, Derek e Fan, Shenggen. 2010. Reflections on the Global Food Crisis: How Did It Happen? How Has It Hurt? And How Can We Prevent the Next One? Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- ITC (International Trade Center). 2020. COVID-19 Temporary Trade Measures. Disponível em: < <https://www.macmap.org/en/covid19> > . Acesso em: 07 jun. 2020.



- Jadhav, Rajendra e Bhardwaj, Mayank. 2020. Indian rice exports suspended on supply chain disruption. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-india-food-exclusi/exclusive-indian-rice-exports-suspended-on-supply-chain-disruption-industry-idUSKBN21L1XX> > . Acesso em: 8 jun. 2020.
- Janev, Aleksandar. 2020. North Macedonia's Businesses Fear Pandemic's Economic Shockwaves. Balkan Insight, 8 mar. 2020. Disponível em: < <https://balkaninsight.com/2020/03/18/north-macedonias-businesses-fear-pandemics-economic-shockwaves/#gsc.tab=0> > . Acesso em: 09 abr. 2020.
- Keohane, Robert O. e Nye, Joseph S. 2012. Power and Interdependence. Nova York: Longman.
- Krasner, Stephen D. 2012. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. Revista de Sociologia e Política 20, no 42: 93-110.
- Laborde, David; Mamun, Abdullah; Parent, Marie. 2020. COVID-19 Food Trade Policy [conjunto de dados]. Washington DC: International Food Policy Research Institute (IFPRI). Disponível em: < <https://www.ifpri.org/project/covid-19-food-trade-policy-tracker> > . Acesso em 01 jul. 2020.
- Lima, Thiago. 2012. Agricultural protectionism in developed countries as a State Interest. Brazilian Journal of International Relations 1, no 2: 60-84.
- Lima, Thiago. 2014. Alimentos: um recurso de poder nas Relações Internacionais? Um exame da experiência dos EUA. Cadernos CEDEC, no. 118: 1-24.
- Lima, Thiago e Dias, Atos. 2016. A ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais 1, no. 1: 189-211.
- Lima, Thiago e Dias, Atos. 2018. Segurança alimentar na Rússia: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas. Revista Brasileira de Estudos de Defesa 5, no 1: 273-294.
- Margulis, Matias E. 2018. The World Trade Organization between law and politics: negotiating a solution for public stockholding for food security purposes. Transnational Legal Theory 9, no. 3-4: 343-360.
- McMichael, Philip. 2016. Regimes alimentares e questões agrárias. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS.
- Morgenthau, Hans. 2003. A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Reuters. 2020. Trade restrictions on food exports due to the coronavirus pandemic. Reuters, 3 abr. 2020. Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-trade-food-factbox/trade-restrictions-on-food-exports-due-to-the-coronavirus-pandemic-idUSKBN21L332> > . Acesso em: 09 abr. 2020.





- Schmidhuber, Josef. 2020. COVID-19: from a global health crisis to a global food crisis? In: FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2020 Food Outlook — Biannual Report on Global Food Markets. Roma: FAO.
- Schreier, Hans e Pang, Garwood. 2020a. Key Food Exporting Nations. Disponível em: < <http://ubclfs-wmc.landfood.ubc.ca/webapp/VWM/course/key-food-exporting-nations-4/food-exporting-countries-11/> > . Acesso em: 07 jun. 2020.
- Schreier, Hans e Pang, Garwood. 2020b. Key Food Importing Nations. Disponível em: < <http://ubclfs-wmc.landfood.ubc.ca/webapp/VWM/course/key-food-exporting-nations-4/food-importing-countries-45/> > . Acesso em: 07 jun. 2020.
- Thu, Hoai. 2020. Vietnam lifts rice export ban. VNExpress International, 11 abr. 2020. Disponível em: < <https://e.vnexpress.net/news/business/economy/vietnam-lifts-rice-export-ban-4083060.html> > . Acesso em: 8 jun. 2020.
- Waltz, Kenneth. 2002. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva.
- WTO (World Trade Organization). 2020a. Annex: COVID-19 trade and trade-related measures. 7 abr. 2020. Disponível em: < https://www.wto.org/english/tratop_e/covid19_e/covid_measures_e.pdf > . Acesso em: 9 abr. 2020.
- WTO (World Trade Organization). 2020b. Export Prohibitions and Restrictions: Information Note. Disponível em: < https://www.wto.org/english/tratop_e/covid19_e/export_prohibitions_report_e.pdf > . Acesso em: 7 jun. 2020.